

Malan afirma que a desindexação exige livre negociação salarial

124

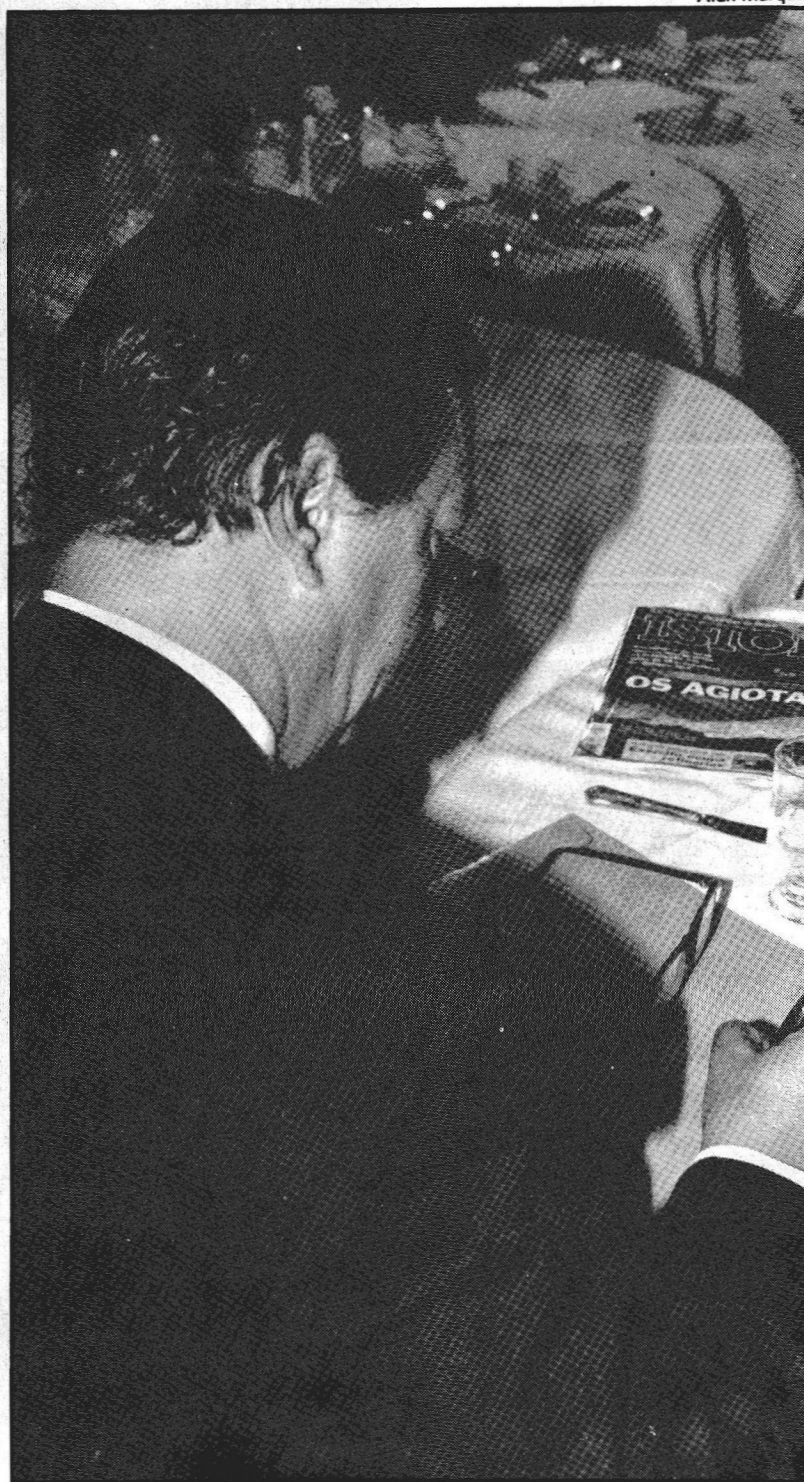
O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ontem, pela primeira vez, que o processo de desindexação da economia, que começará a partir de julho, prevê a livre negociação salarial entre trabalhadores e patrões, e a manutenção do prazo mínimo de um ano para a revisão dos contratos. Malan confirmou que o Governo estuda mudanças nas regras do mercado financeiro e incentivos adicionais para as cadernetas de poupança. "A poupança e o pequeno poupador não serão prejudicados", garantiu.

Ao falar para parlamentares do PPR, durante café da manhã realizado no restaurante do Senado, o ministro da Fazenda disse que é preciso reduzir "o grau de ingerência e de paternalismo" do Estado nas relações entre patrões e empregados. "Estamos caminhando na direção da livre negociação salarial", informou. "A dúvida neste momento é saber a rapidez com que devemos nos mover nessa direção".

Malan disse que o ministro do Trabalho, Paulo Paiva, está discutindo com as lideranças sindicais, com lideranças políticas e com economistas de várias tendências os aspectos técnicos e políticos da proposta de livre negociação. O ministro da Fazenda indicou, no entanto, que o índice de correção do salário mínimo e dos salários do funcionalismo público continuará sendo fixado pelo Governo. "Mas essa é uma questão para ser resolvida em maio do ano que vem, no caso do salário mínimo, e para janeiro, no caso dos servidores públicos", afirmou.

Outro princípio do processo de desindexação, segundo Malan, é a manutenção do prazo mínimo de um ano para a revisão (correção monetária) de todos os contratos privados.

Alan Marques



O ministro Malan fala de salários, de olho nos agiotas